

JORNAL DO SERVIDOR

DA
REDAÇÃO

Roneyamar Alves/INSS



80 servidores da área de Reabilitação serão remanejados

INSS remaneja servidores para ajudar na fila do BPC

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) autorizou o remanejamento temporário de até 80 servidores da área de Reabilitação Profissional para reforçar a análise de pedidos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de outros benefícios. A medida foi formalizada por portaria publicada no fim de maio e terá validade inicial de 90 dias, com possibilidade de prorrogação. Os profissionais atuarão na etapa de avaliação social dos requerimentos, considerada essencial para a concessão dos benefícios. O INSS afirma que a iniciativa busca ampliar a capacidade de atendimento e reduzir filas. A Associação Nacional dos Analistas do Seguro Social (Anaseg) criticou a decisão e defendeu a recomposição do quadro de pessoal como solução.

Redução de jornada

Tramita na Câmara o PLP 151/2026, do deputado Vanderlan Alves (Solidariedade-CE), que garante a redução de 30% da jornada de trabalho, sem corte salarial, para servidores públicos que sejam pais, mães ou responsáveis por pessoas com deficiência, TEA ou condições que exijam acompanhamento permanente. A proposta preserva direitos funcionais e prevê flexibilização de horários e teletrabalho quando possível. O projeto passa pelas Comissões antes de ir para votação.

Divulgação/Governo Federal



Servidores podem atualizar dados até 12/junho

Validação cadastral é prorrogada

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) prorrogou até 12 de junho o prazo para a Validação Cadastral Obrigatória 2026 dos servidores federais. A medida foi adotada após a identificação de instabilidades técnicas no portal e aplicativo SouGov.br em 31 de maio, data inicialmente prevista para o encerramento do procedimento. A atualização dos dados pessoais e funcionais é obrigatória para servidores ativos, aposentados e pensionistas do Executivo Federal. Após o novo prazo, não será mais possível realizar a validação referente a 2026.

Vagas no Ministério Público de Goiás

O Ministério Público de Goiás (MPGO) recebe inscrições para concurso público destinado aos cargos de analista em Educação e analista em Engenharia Ambiental e Sanitária. A remuneração inicial é de R\$ 11.892,79. Interessados devem se inscrever até o dia 10 de junho, exclusivamente pela internet, no site da banca organizadora, o Instituto AOCF. A taxa de participação é de R\$ 135. A prova está prevista para 12/julho.

Greve I

A greve dos servidores municipais de Taubaté chegou a duas semanas de duração nesta segunda-feira (8) e segue causando impactos na rede de ensino e na saúde básica da cidade. Em assembleia realizada pela categoria, os servidores decidiram manter a greve. O Sindicato cobra reajuste salarial de 9,43%.

Greve II

Além disso, a categoria também pede o aumento no vale-alimentação e a implantação do vale-transporte. A expectativa é que o movimento continue ao longo da semana, enquanto seguem as negociações da decisão judicial que determina a manutenção de pelo menos 70% dos servidores em atividade.

Funai I

A Sindsep-DF e a Condsef/Fenadsef participaram de reunião com a direção da Funai para discutir denúncias de assédio moral e sexual na instituição, além de medidas voltadas à prevenção, acolhimento e responsabilização. Durante o encontro, a gestão reafirmou que o combate ao assédio é prioridade.

Funai II

Durante a reunião, a Funai informou que o Plano de Enfrentamento ao Assédio está em fase avançada de elaboração e deve ser assinado ainda neste mês. Entre as medidas previstas estão a criação de comitê gestor, rede de acolhimento, medidas protetivas, definição de responsabilidades e fortalecimento dos mecanismos de proteção.

Proifes I

O Proifes-Federação participou da primeira reunião pós-pandemia do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC). O encontro foi híbrido e teve como pauta a análise de regulamentos de instituições federais de ensino: IFG, IF Goiano, IF Baiano, IFSP, IFAP e UFSM.

Proifes II

Foi cobrada a aprovação do fim do controle de frequência por ponto eletrônico e da Regulamentação da Atividade Docente (RAD), medidas previstas no acordo dos servidores. Sobre a RAD, também foi demonstrada preocupação com a demora do Ministério da Gestão (MGI), já que a proposta segue sem resposta.



Manifesto deve acontecer em frente ao Tribunal de Justiça do RJ

Servidores do Rio realizam ato nesta terça-feira(9)

Funcionalismo deve cobrar mais concursos e recomposição

Da Redação

O Fórum Permanente dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Fosperj) convocou para esta terça-feira (9) uma manifestação em defesa da recomposição salarial dos servidores estaduais e de medidas voltadas ao serviço público. O ato está marcado para as 14h, em frente ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), no Centro da capital fluminense, e deve reunir representantes de diversas categorias do funcionalismo.

A mobilização conta com a participação de sindicatos e associações que representam trabalhadores de áreas como educação, saúde, segurança pública e administração. Segundo o fórum, a manifestação busca dar visibilidade a reivindicações apresentadas ao governo estadual nos últimos anos, especialmente relacionadas à recomposição das perdas salariais acumuladas pelos servidores.

Entre os principais pontos da pauta está a cobrança por uma política de valorização das carreiras públicas. As entidades defendem a retomada das negociações sobre reajustes salariais e a adoção de medidas que garantam condições para a manutenção dos serviços oferecidos à população.

O ato ocorre em meio ao debate sobre mudanças administrativas promovidas pelo gover-

no do estado. De acordo com o Fosperj, “a revisão de estruturas da administração pública deve ser acompanhada de investimentos nos órgãos estaduais e nos quadros permanentes do funcionalismo”.

As entidades também defendem a realização de concursos públicos para recomposição de equipes em diferentes setores da administração estadual. Segundo os representantes dos servidores, a reposição de pessoal é apontada como uma das medidas necessárias para assegurar a continuidade das atividades desempenhadas pelos órgãos públicos.

Nos últimos meses, sindicatos e associações realizaram reuniões e assembleias para discutir as demandas do funcionalismo. A manifestação desta terça-feira busca reunir diferentes categorias em torno de reivindicações comuns e ampliar o diálogo com o governo estadual e os demais poderes.

Sobre a Fosperj

O Fosperj reúne mais de 50 entidades representativas do funcionalismo fluminense e afirma que continuará acompanhando as discussões sobre política salarial, concursos públicos e investimentos na estrutura administrativa do Estado. A manifestação desta terça-feira integra uma série de ações organizadas pelas entidades para pressionar por avanços nas negociações envolvendo os servidores estaduais.